

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.406 - SP (2019/0372914-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE
EMPRESARIA LIMITADA
ADVOGADO : RAQUEL DI DONATO LOURENÇO - SP390355
AGRAVADO : V V A DE O
REPR. POR : V V DE A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO CONTRATUALMENTE. INDICAÇÃO MÉDICA. DOENÇA COBERTA PELO PLANO. LISTA DE PROCEDIMENTOS DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. SÚMULA 83/STJ. 2. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Sétima Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento às apelações interpostas por ambas as partes, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 414):

Plano de saúde - Associada portadora de paralisia cerebral displégica espática necessitando de tratamento de fisioterapia com o método TheraSuit - Negativa de cobertura - Abusividade - Tratando-se de questão relativa à saúde deve prevalecer a indicação médica - Reembolso de despesas em razão do tratamento ser realizado fora da região de domicílio do autor que já foram indenizadas pela ré, nos termos do artigo 21 da Lei nº 13.146/2015, que engloba apenas o reembolso de despesas de transporte e acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante - Decisão mantida – Recursos improvidos.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou ofensa ao art. 10, IX, § 4º, da Lei n. 9.656/1998, sob a assertiva de que não seria obrigada a custear o tratamento pleiteado, pois ele não constaria no rol obrigatório da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Apontou divergência jurisprudencial, sob a alegação de que o mero dissabor não ensejaria a reparação moral.

O processamento do apelo nobre não foi admitido pela Corte de origem, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

No caso em exame, verifica-se que o Colegiado estadual entendeu que, havendo indicação médica, a operadora de plano de saúde deveria arcar com os custos de procedimento não ofertado contratualmente (e-STJ, fls. 413-419).

Esse entendimento se alinha à jurisprudência desta Corte Superior, que tem se posicionado no sentido de que, ainda que admitida a possibilidade de o contrato de plano de saúde conter cláusulas limitativas dos direitos do consumidor, revela-se abusiva a que exclui o custeio dos meios e materiais necessários ao melhor desempenho do tratamento de doença coberta pelo plano.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
PLANO DE SAÚDE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973.
INEXISTÊNCIA. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO DE EXAME
MÉDICO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. COBERTURA SECURITÁRIA
DA ENFERMIDADE. RECUSA INDEVIDA.
(...)

3. A operadora de plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não podem limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente. Dessa forma, sendo fato incontroverso a cobertura securitária para a enfermidade em questão, inviável a insurgência da recorrente pretendendo limitar o tipo de tratamento a que deve se submeter o paciente.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1072960/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 08/09/2017)

Esclareça-se, ao ensejo, que é assente nesta Casa o entendimento de que é inadmissível a recusa do plano de saúde em cobrir tratamento médico voltado à cura de doença coberta pelo contrato sob o argumento de não constar da lista de procedimentos da ANS, pois este rol é exemplificativo, impondo-se uma interpretação mais favorável ao consumidor.

Sobre o tema, vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ABUSIVIDADE CONTRATUAL. INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. PROCEDIMENTO TERAPÊUTICO. CLÁUSULA LIMITATIVA. RECUSA INDEVIDA. AUSÊNCIA NO ROL DA ANS. COBERTURA DEVIDA.

(...)

2. Não é cabível a negativa de tratamento indicado pelo profissional de saúde como necessário à saúde e à cura de doença efetivamente coberta pelo contrato de plano de saúde.

3. São abusivas as cláusulas contratuais que limitam o direito do consumidor ao tratamento contratado.

4. O fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não significa, per se, que a sua prestação não possa ser exigida pelo segurado, pois, tratando-se de rol exemplificativo, a negativa de cobertura do procedimento médico cuja doença é prevista no contrato firmado implicaria a adoção de interpretação menos favorável ao consumidor. (AgRg no AREsp 708.082/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 26/02/2016)

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1099275/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NO ROL DA ANS. IRRELEVÂNCIA. TRATAMENTO NECESSÁRIO À RECUPERAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O fato de o procedimento não constar do rol da ANS não afasta o dever de cobertura do plano de saúde, haja vista se tratar de rol meramente exemplificativo, não se admitindo restrição imposta no contrato de plano de saúde quanto à obtenção de tratamento necessário à completa recuperação da saúde do beneficiário.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1134753/CE, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

Dessa forma, incide, no ponto, o disposto no enunciado n. 83 da Súmula do STJ, aplicável aos recursos interpostos com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Quanto à questão residual, verifica-se que o Tribunal de origem desproveu a apelação da parte contrária, mantendo a decisão de primeira instância que, dentre outros pontos, negou a reparação moral pleiteada.

Nesse sentido, não há como conhecer da irresignação da ora insurgente

nesse tópico, já que a conclusão estadual lhe foi favorável, não se vislumbrando, portanto, o seu interesse recursal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU PELA AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO IMÓVEL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MUDANÇA DO RITO. CONCLUSÃO FAVORÁVEL À PARTE AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. O recorrente carece de interesse recursal quando o Tribunal estadual apresenta conclusão favorável à parte agravante.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 130.222/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator